



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Legisla-e**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 458, DE 2 DE JANEIRO 2024**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 312, de 29 de dezembro de 2015, que reestrutura o Quadro de Pessoal de Apoio da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE-AC.

**Data de Criação**

02/01/2024

**Data de Publicação**

03/01/2024

**Diário de Publicação**

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 13.684, de 03/01/2024

**Origem**

Governo do Estado do Acre

**Tipo**

Lei Complementar

**Temática**

- Defensoria Pública
- Alteração de Dispositivos

**Autoria**

- Defensoria Pública do Estado do Acre

**Altera**

- Lei Complementar Nº 312/2015

**Alterada por**

- Sem Alterações

## Texto da Lei

### LEI COMPLEMENTAR Nº 458, DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 312, de 29 de dezembro de 2015, que reestrutura o Quadro de Pessoal de Apoio da Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE-AC.

#### GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O Anexo IX, da Lei Complementar nº 312, de 29 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Nomenclatura	Quantidade	Valor da Remuneração
CC-DPE-07	1	R\$16.000,00
CC-DPE-06	7	R\$ 8.500,00
CC-DPE-05	14	R\$ 7.451,85
CC-DPE-04	14	R\$ 6.480,35
CC-DPE-03	40	R\$ 4.984,89
CC-DPE-02	80	R\$ 3.323,26
CC-DPE-01	75	R\$ 2.215,50

**Art. 2º** O art. 20-A, da Lei Complementar nº 312, de 29 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 20-A.** O auxílio-alimentação, de caráter indenizatório, será destinado a custear despesas de alimentação dos servidores vinculados aos quadros de apoio da DPE-AC, desde que estejam em efetivo exercício.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) aos servidores do quadro de apoio que exerçam o Cargo em Comissão referência CC-DPE-01.

§ 2º O auxílio alimentação será concedido no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) aos demais servidores do quadro de apoio que não se enquadrem na situação do parágrafo anterior.

**§ 3º** É vedada a concessão de mais de um auxílio-alimentação ou vantagem similar por beneficiário.” (NR)

**Art. 3º** As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Rio Branco - Acre, 2 de janeiro de 2024, 136º da República, 122º do Tratado de Petrópolis e 63º do Estado do Acre.

**Gladson de Lima Cameli**

Governador do Estado do Acre